



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 762, DE 2016. (Do Poder Executivo)

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.



CD/17098:93090-95

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 762, de 2016:

“Art. O art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Serão concedidos aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para as regiões, segundo avaliações técnicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, até 08/01/2022, o benefício da isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, para navegação de longo curso. ”” (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

CD/17098:93090-95

A Lei 9.808 de 1999, que define as diretrizes e os incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, estabeleceu a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRRM e do Imposto de Operações Financeiras – IOF, associados aos investimentos de implantação, ampliação, modernização ou diversificação de empreendimentos produtivos nas regiões Nordeste e na Amazônia, até 31 de dezembro de 2010.

A Medida Provisória nº 517 de 2010, convertida na Lei nº 12.431 de 2011, restringiu a abrangência do benefício somente ao AFFRM, ampliando sua vigência até 31 de dezembro de 2015. A exposição de motivos da referida medida cita que a proposta se coaduna com um dos quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil esculpidos na Constituição Cidadã de 1988 – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Adicionalmente, uma das estratégias propostas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, é a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, por meio do uso de instrumentos que estimulem a formação de capital fixo e social em regiões menos favorecidas, e que impliquem na geração de emprego e renda.

Com o objetivo de atender a essas determinações é que apresento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

esta emenda que amplia até 2022 a isenção do AFRMM para as regiões Norte e Nordeste, vinculados à formação de capital fixo na forma de investimentos produtivos que ampliem a produção, produtividade, geração de empregos e por conseguinte, de forma indireta, a arrecadação regional de tributos.

A desoneração proposta possui caráter restrito e atinge somente a navegação de longo curso em empreendimentos que ampliam a formação de capital fixo regional. Isso ocorre pelo fato das navegações de cabotagem, interna e lacustre já estarem isentas até janeiro de 2019, por força da aplicação da Lei 13.341 de 2016.

O AFRMM sobre a navegação de longo curso incide somente na importação, o que impacta diretamente cadeias produtivas que dependem de insumos importados, em especial no caso do setor químico.

Como a isenção é restrita a empreendimentos que realizem investimentos durante o período de vigência do benefício, não há como precisar os valores a serem desonerados.

Já o prazo de vigência proposto atende ao comando expresso no art. 118, § 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício fiscal do ano de 2017, que restringe a 5 anos medidas que resultem em renúncias de receitas.

Pelo fato da desoneração do AFRMM ser determinante para corrigir distorções regionais, orientar decisões de novos investimentos e manter a competitividade das regiões Norte e Nordeste para a atração de novos investimentos é que peço o apoio dos nobres colegas à presente emenda.



CD/17098.93090-95



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, 2 de fevereiro de 2017.

Deputado Jorge Côrte Real
PTB/PE



CD/17098.93090-95